



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 025/2023.**

**Institui Gratificação Especial de Serviço a ser paga aos servidores do Poder Executivo, designados para executar os serviços de natureza administrativa de responsabilidade do Poder Legislativo, especialmente dos setores de contabilidade, tesouraria e folha de pagamento e dá outras providências.**

CEZER GASTALDO, Prefeito Municipal de União da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de União da Serra aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

**Art. 1º** - O servidor titular de cargo de provimento efetivo, no Poder Executivo, que for designado para executar os serviços de natureza administrativa de responsabilidade do Poder Legislativo, especialmente dos setores de contabilidade, tesouraria e folha de pagamento, fará jus a uma Gratificação Especial de Serviço, mensal, no valor de R\$ 850,00 (oitocentos cinquenta reais).

**Parágrafo único.** A designação de que trata o *caput*, de competência do Prefeito, somente poderá ocorrer na hipótese de o Poder Executivo abarcar a execução dos serviços ali discriminados e enquanto inexistir cargo provido no quadro de pessoal do Poder Legislativo, para o desempenho das respectivas atribuições.

**Art. 2º** - A Gratificação Especial de Serviço de que trata o art. 1º tem caráter remuneratório e será reajustada na mesma data e no mesmo índice sempre que for concedida a revisão geral anual de que trata o art. 37, X da Constituição da República, aos servidores do Poder Executivo.

**Art. 3º** - O valor efetivamente gasto, a cada mês, para o pagamento da Gratificação Especial de Serviço de que trata o art. 1º, aí incluídas as incidências fiscais e reflexos em demais parcelas, como gratificação natalina e férias, será suportado pelo Poder Legislativo, mediante empenho, liquidação e posterior pagamento nas devidas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

**Art. 4º** - As atribuições das funções dos setores de Contabilidade, Tesouraria, de Folha de pagamento, a serem executadas pelos servidores municipais efetivos e designados por portaria são:

**CONTABILIDADE:** Efetuar todos os empenhos e liquidações do Legislativo Municipal.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**TESOURARIA:** Efetuar pagamentos das despesas do Legislativo Municipal, emitir extratos bancários, conciliar os saldos de disponibilidades financeiras e movimentar as contas bancárias.

**FOLHA DE PAGAMENTO:** Confeccionar e conferir a folha de pagamento do Legislativo municipal, bem como dos encargos sociais relativos; prestar as devidas informações legais.

**Art. 5º** - No exercício financeiro de 2023, as despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do Poder Legislativo Municipal:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores  
01.01.01.031.0001.2001 - Manutenção das Atividades do Poder Legislativo  
3.1.90.11.00000000-0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

**Parágrafo único.** Para os exercícios financeiros subsequentes, o Poder Legislativo consignará, nas respectivas Leis Orçamentárias, dotações orçamentárias suficientes para o atendimento das despesas decorrentes desta Lei.

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e será regulamentada por Decreto do Poder Executivo naquilo que couber.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA – RS, AOS 15 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2023.**

**CEZER GASTALDO**  
**Prefeito Municipal**



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA SERRA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**- JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 025/2023 –**

Visa o presente Projeto de Lei, a criação de Gratificação Especial de Serviço a ser paga aos servidores do Poder Executivo designados para executar os serviços de natureza administrativa de responsabilidade do Poder Legislativo, especialmente contabilidade, tesouraria e folha de pagamento. Se faz necessária esta instituição de gratificação, devido ao fato do Poder Legislativo ter criado CNPJ próprio, para atendimento das exigências do Tribunal de Contas e Receita Federal. Dando seguimento, informo que o Poder Legislativo não possui servidores técnicos para dar prosseguimento a execução orçamentária e financeira.

E também, considerando não viável, devido ao tempo necessário para organização, aliado ao desembolso financeiro necessário para a realização de um concurso público, e contratação de no mínimo 03 servidores, sendo a opção mais vantajosa esta instituição de gratificação.

Importante destacar o art. 11 da Constituição do Estado, "os Poderes Legislativo e Executivo são independentes e harmônicos entre si", assim, em decorrência desse princípio, é de se considerar que o Poder Legislativo possui autonomia administrativa, dentro da qual gerencia suas despesas, segundo seus critérios de conveniência e oportunidade, nos limites fixados pela Lei, de modo que não há dispositivo legal que determine a obrigatoriedade desse órgão instituir pagadoria (tesouraria) e/ou contadoria, independente do Poder Executivo Municipal.

Entretanto, caso venham ser implementadas e executadas de forma apartada, devem ser superintendidas sempre pelo Poder Executivo, em função da necessidade de controle centralizado da execução orçamentária (art. 76 da Lei Federal nº 4.320/64) e da competência que lhe é atribuída.

À consideração dos Senhores Edis, contando sempre com vossa prestimosa colaboração.

**Gabinete do Prefeito Municipal de União da Serra/RS, 15 DE JUNHO DE 2023.**

**CEZER GASTALDO**  
**Prefeito Municipal**